

A POLISSEMIA DA FÓRMULA “AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA”

Phellipe Marcel da Silva Esteves^a

Bruno Deusdará^b

É a transformação dessas relações de luta em relações de produção, a organização de toda a sociedade consoante o coletivismo e o igualitarismo que une os trabalhadores quando conduzem autonomamente a sua luta.

João Bernardo (1994 [1981])

RESUMO

Objetiva-se discutir a constituição da fórmula “autonomia universitária”, em análise da materialidade linguística captada na mídia brasileira. Recuperamos os contornos do debate e analisamos as sequências por meio de marcas da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1998).

PALAVRAS-CHAVE: autonomia; heterogeneidade; mídia.

Recebido em: 24/08/18

Aprovado em: 29/08/18

Considerações iniciais

No presente artigo, interrogamos as linhas de composição do debate acerca da “autonomia universitária”, buscando compreender de que modo essa temática se instaura em certo campo discursivo – o

^a Professor adjunto do setor de Linguística do Departamento de Ciências da Linguagem da UFF, e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Letras do ILE-UERJ.

^b Professor Adjunto de Linguística da UERJ e dos Programas de Pós-graduação em Letras (ILE) e em Letras e Linguística (FFP). Bolsista dos Programas Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Prociência (UERJ/FAPERJ).

mediático. Sem dúvida, a questão da “autonomia” desdobra-se em diferentes esferas institucionais – governamental, jurídica, acadêmica, econômica, filosófica, entre outras. Optamos, neste texto, pelo acesso à esfera midiática, por considerar seu papel fundamental na elaboração e na circulação de uma memória, fornecendo índices das posições majoritárias e, em alguns casos, abrindo-se a outros sentidos.

Nosso interesse pelo modo como o referido debate vem ganhando contorno assume especial relevância por termos compartilhado uma experiência concreta de fragilização das linhas de constituição do princípio constitucional da autonomia universitária e de precarização das relações de trabalho/estudo e do funcionamento institucional que as viabiliza. Remetemos aqui ao conjunto de (in)ações, reivindicações e ressonâncias, nas esferas governamental, midiática, acadêmica, social, que caracterizou (vem caracterizando?) a tão propalada “crise da UERJ”¹ – e aqui retorna o emprego das aspas, mas, dessa vez, não mais para indicar que uma expressão é assumida e retrabalhada por diferentes discursos. Ao contrário, o destaque sustenta um gesto de rejeição: desejamos desnaturalizar o vínculo pretensamente direto entre “a crise” e “a UERJ”. Em certo sentido, a “crise” que se desenvolve *na* UERJ não é gerada pela instituição, mas assume nela uma forma visível, elaborada por gestos discursivos/ideológicos de algumas das linhas já apontadas acima.

Esperamos, com essas breves observações, já ter sido revelado algo que nos parece fundamental na imprescindível relação produzida entre ciência e vida: nossas implicações mais gerais com o debate – somos dois professores *de* universidade – e com sua dimensão atual – somos dois professores *da* UERJ.

Com o emprego das aspas, na expressão acima, ressaltamos que, em diferentes discursos, essa expressão se desdobrará compondo cenários institucionais distintos, ora por linhas de reivindicação (“a autonomia é direito constitucional”), ora por linhas de desresponsabilização (“a universidade tem autonomia para se autofinanciar”), ora por linhas de combate (“temos que fazer valer a autonomia”). Em outras palavras, essa expressão tem se tornado um coringa discursivo de grande produtividade, que é mobilizado segundo distintos discursos políticos – à esquerda, ao centro, à direita; em seus diferentes sentidos.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para isso, lançamos mão de referenciais do campo dos estudos do discurso para intervir na esfera midiática e expor os contornos conferidos ao debate. Mencionamos anteriormente linhas de reivindicação, de desresponsabilização, de combate, que se configuram como hipóteses de leitura, ganhando corpo por meio de nossa inserção institucional. Gostaríamos de verificar quais delas são mais recorrentes e quais outras composições a referida fórmula assume/assumirá, produzindo certo traçado na interdiscursividade (PÊCHEUX, 2009 [1975], BAKHTIN, 2011 [1979]). Para Pêcheux (2009 [1975], p. 149),

(...) o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas–aceitas–experimentadas.

O interdiscurso da rede de formações ideológicas pela qual o sujeito no Brasil é capturado, interpelado, constituído é formado, entre outros, pelo discurso midiático, que exerce um papel de destaque na reprodução da vida cotidiana, na reprodução das práticas sociais. E na reprodução do inculcamento de imagens sobre as instituições, como as universidades públicas. Ainda que a autonomia universitária seja um princípio constitucional, ela vai sendo significada para além do discurso legal, o que também incide sobre esse mesmo discurso, retroalimentando-o. Vejamos como a partir de agora.

O debate sobre a autonomia

Passamos a apresentar, nesta seção, algumas referências que contribuem para a caracterização do debate acerca da autonomia universitária, quando o que está em jogo é qualificar as relações estabelecidas entre a universidade, o estado e a sociedade civil. Por meio delas, acessamos a espessura histórica do debate, retomando especialmente o marco de sua inscrição na ordem constitucional

vigente, e explicitando alguns pontos de tensão, que, de certo modo, concorrerão para a análise do discurso midiático empreendida mais à frente. Em outras palavras, apresentar essas referências é contribuir para as condições de produção do discurso sobre a autonomia universitária.

Com efeito, a autonomia universitária é um princípio constitucional assegurado pela Carta Magna de 1988. Desse modo, opta o legislador constituinte por inscrever na Carta um princípio até então regulado por lei ordinária. Não obstante ter havido um deslocamento significativo, em termos de garantias jurídicas para sua efetivação, o que se tem observado é que a regulamentação desse princípio se encontra sempre por realizar.

De acordo com Ribeiro (2016, p. 111), a ausência de uma regulamentação do princípio constitucional da autonomia tem possibilitado ações governamentais fragmentadas:

Ao não conseguir aprovar uma lei regulamentando a autonomia universitária, os governos estão implantando medidas fragmentadas com este intuito. Exemplo disto é o Decreto nº 7.233/2010, que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais (BRASIL, 2010).

Nesses trinta anos de 1988 a 2018, houve uma série de tentativas para fazer com que a interpretação do princípio constitucional da autonomia universitária fosse feita nas bases de um genuíno prejuízo para as instituições. Podemos mencionar alguns elementos históricos de tentativa de restrição: o projeto de emenda constitucional (PEC 233/95), que determina que a autonomia prevista constitucionalmente seja regulamentada “na forma da lei”. Já em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB) encaminha outro projeto de emenda (PEC 370/96), que, em sua segunda versão, apoiava o financiamento público das instituições privadas, o que acabou por fazer minguar os recursos voltados às instituições públicas de ensino superior.

Na avaliação de Ribeiro (2016, p. 108-109), durante o governo FHC, as tentativas de regulamentação da autonomia universitária vão no sentido de “desresponsabilizar o Estado do financiamento público das universidades”. Tal regulamentação da autonomia, com efeito, atrapalha o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES): constitucionalmente, é garantida a autonomia de gestão de recursos, mas sem os recursos necessários para manter e melhorar a estrutura das universidades, não há gestão que possa ser feita. Só há apagamento de incêndios. A polissemia da autonomia universitária historicamente tem sido trazida à tona por conta de discursos conservadores e, por que não antiuniversitários, tão circulantes na formação social brasileira. Numa espécie de torção dos sentidos, a autonomia deixa de sustentar uma certa proteção frente a (in)ações governamentais — impossibilitando que projetos circunstanciais dos poderes executivos inviabilizem a missão estratégica das universidades —, e passa a indicar uma função gerencial da instituição universitária, que deveria se organizar para a captação de recursos privados.

Ainda nas palavras de Ribeiro (2016, p. 112),

o conceito de autonomia universitária foi apropriado pelas correntes conservadoras que disseminam a ideia de que este preceito constitucional significa a autonomia que a universidade possui para adquirir recursos no âmbito privado, ou seja, trata-se de uma concepção que respalda as contrarreformas aprofundadas desde os anos de 1990, no sentido da desresponsabilização do Estado no provimento do direito à educação.

Na disputa por sentidos pela autonomia universitária, então, há pelo menos dois pesos: a imagem de responsabilidade do Estado pelo direito à educação e a imagem de liberdade que as universidades teriam para captar recursos. Uma das oportunidades que este artigo nos dá, assim, é de mapear o modo como os efeitos de sentido sobre autonomia universitária vão se constituindo historicamente nessa disputa e como vão ganhando esse contorno conservador. Entretanto, ao lado da possibilidade de percorrer a história do desenvolvimento desse preceito constitucional,

este artigo também emerge de condições bastante específicas: seus autores são professores de uma das universidades públicas que mais sofre em nossa história recente, vendo sua autonomia universitária — em seus diversos sentidos — ser ameaçada. Alguns dos motivos pelos quais sofre são: não se fornecem condições para que ela seja autônoma (1) na gestão de recursos financeiros — porque não há repasse de recursos — e (2) na gestão de recursos patrimoniais — porque não há condições, com a falta de verba de custeio, para manter seu patrimônio —, (3) em sua organização didático-científica — porque os concursos para professores efetivos são escassos — e (4) na administração — uma vez que, diante da fratura infraestrutural experimentada pela universidade nos últimos anos, todas as decisões são tomadas em caráter emergencial, havendo pouca margem para planejamento nem a curto prazo, médio e longo. Assim, o próprio princípio constitucional da autonomia universitária é maculado.

Nesse sentido, um discurso que incentiva o autofinanciamento da UERJ, especificamente, e das universidades públicas, em geral, tem circulado como a panaceia de todos os males para essas “crises” provocadas, agendadas, calculadas. Essa é uma tensão de base para nosso texto: a margem que a “autonomia universitária” dá para essa interpretação privatista:

A autonomia universitária concebida como a capacidade de direção que a universidade possui sendo autônoma frente aos anseios do mercado e do Estado – sem que isso implique a recusa do Estado em financiar integralmente as atividades pertinentes a esta instituição de ensino – tem sido descaracterizada e colocada como a necessidade da universidade se autofinanciar, seja cobrando pelos ‘serviços’ oferecidos (como os cursos de especialização), seja produzindo ‘produtos’ para a venda (como a produção de pesquisas ‘encomendadas’ por empresas) e outras atividades. (RIBEIRO, 2016, p. 112)

Com efeito, a emergência dessa torção nos sentidos atribuídos à autonomia parece se configurar por meio de uma segunda torção — aquela que traz à cena a “função social” da universidade não como um direito

coletivo, mas como uma pretensa missão de prestar serviços, adequando-se a demandas exteriores: “a universidade goza de autonomia para executar essas atividades que lhe são próprias, e que não são realizadas para seu exclusivo interesse, mas constituem um serviço que presta à sociedade” (DURHAM, 2006, p. 2).

Trabalhemos aqui com a noção de subentendido de Ducrot (1987 [1978], p. 32), que se caracteriza pelo seguinte aspecto: “sendo observável em certos enunciados de uma frase, não está marcado na frase”:

Essa situação do subentendido se explica pelo processo interpretativo do qual ele provém. Para mim, com efeito, ele é sempre gerado como resposta a perguntas do tipo: “Por que o locutor disse o que disse?”, “O que tornou possível sua fala?”. Em outras palavras, uma condição necessária (mas, certamente, insuficiente) para que um enunciado E subentenda X, é que X apareça como uma explicação de uma enunciação. Se, no meu exemplo de referência, o enunciado “Pedro parou de fumar” subentende “É possível parar”, é na medida em que admite que uma das razões que levaram a produzir esse enunciado era o desejo de comunicar essa observação ao destinatário.

O trecho referido de Durham é prenhe de subentendidos curiosos, de enunciados que possibilitam sua fala. No fragmento, está presente uma sugestão de corporativismo/encastelamento das instituições universitárias em “seu exclusivo interesse”. Além disso, também se subentende que é necessário prestar serviços à sociedade, e que isso não é suficientemente realizado pelas universidades. É preciso, portanto, estar atento ao modo como a lógica privatista emerge como crítica a um pretense funcionamento autorreferenciado. Trata-se justamente das linhas de manutenção de privilégios e de exclusões contra os quais se insurge o campo democrático que reivindica “a autonomia universitária como direito”.

É especialmente interessante notar que, diante do reconhecimento da “autonomia” como matéria constitucional, Durham destaca certa imprecisão jurídica, cuja resolução se sustentaria em um trabalho negativo, impondo

restrições ao sentido: “o de que autonomia não significa soberania e portanto não exclui formas de controle por parte do poder público” (DURHAM, 2006, p. 2). Um trabalho negativo que se torna, em certa medida, uma acusação em forma de pressuposto: haveria quem quisesse tornar a autonomia uma “soberania”, e haveria quem quisesse trabalhar sem controle: como se não houvesse responsabilidades legais que as universidades são obrigadas a cumprir, a despeito da autonomia.

Já indo em direção à análise do discurso midiático, notamos que esse sentido ressoa na imprensa, como vemos destacado como título de uma notícia do jornal *O Globo* de 26 de setembro de 2008: “Dilma diz que autonomia universitária tem limites” (DILMA DIZ QUE..., 2008). Cabe ressaltar aqui que, apesar de avanços na política petista no Executivo federal no que diz respeito ao aumento de recursos direcionados ao financiamento do ensino superior — para instituições públicas e também privadas —, esse progresso não é desacompanhado de algum retrocesso: continua a ser produzida uma discursividade de que a autonomia universitária deve ser limitada, ou de que autonomia universitária significa que a universidade tenha de se manter sozinha.

Em artigo escrito por colegas da UERJ, compreendemos que:

Uma das lutas mais antigas na história das universidades no mundo e no Brasil é pela conquista ou preservação de sua autonomia, entendida como condição imprescindível para que as instituições possam desenvolver suas atividades sem estarem atreladas a interesses particulares, para que o trabalho intelectual, necessariamente crítico, possa ser realizado, e para que ela possa se autodeterminar e se autodirecionar socialmente. No Brasil, as universidades nunca chegaram a conquistar plenamente tal condição. (PADRÃO, SANTA MARIA, ALMEIDA, BARÃO, 2017, p. 89)

Fazemos coro aos autores, assim como à defesa que Ribeiro anuncia, numa “análise da autonomia universitária como um direito que a universidade possui de se reger por suas próprias leis” (RIBEIRO, 2016, p. 107). Esses textos

citados são uma demonstração de que já há bibliografia de qualidade em defesa de uma compreensão da autonomia universitária como um princípio que eleve as universidades a terem identidades institucionais próprias, objetivos específicos em suas políticas públicas, possibilidade de planejamento quanto ao seu atendimento às demandas sociais.

Este artigo que ora escrevemos, assim, seria inútil se não contássemos com um norte próprio, muito estimulado por nossa posição de professores de linguística atravessados pelos estudos discursivos. Entendemos que a derrota de um modelo privatista de universidade, que ameace o interesse público, passa por uma disputa de sentidos, na memória, sobre essa fórmula “autonomia universitária”. Falamos de fórmula aqui no sentido proposto por Krieg-Planque (2010), como um fenômeno discursivo que, em sua materialidade, “– tem um caráter cristalizado; § – se inscreve numa dimensão discursiva; § – funciona como um referente social; § – comporta um aspecto polêmico” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61). Temos focado principalmente no aspecto polêmico dessa fórmula e continuaremos a fazê-lo, mas é possível dizer que, diante dos usos de “autonomia universitária”, ela possa ser categorizada como uma fórmula: principalmente, por exemplo, se encararmos seu caráter cristalizado, que pode ainda ser exercido “através de múltiplas paráfrases de que ela é cristalização” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67), como “autonomia”, sem adjetivação, mas também “autonomia das universidades”. Neste espaço, entretanto, focaremos na polêmica.

Nas seções à frente, exibiremos uma análise pautada na apreensão de marcas da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1998 [1992]) que mostra a construção das posições em disputa, bem como o funcionamento midiático dessa luta por um modelo de universidade.

Quando se coloca autonomia na boca dos outros

Para tratarmos discursivamente a questão da autonomia, recorreremos a um lugar de produção de sentidos em que a disputa por eles se dá de modo mais explícito. Trata-se da imprensa de referência. Nas palavras de Mariani, “a imprensa de referência (...) exerce uma função social e política não apenas

porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve de mediatização de opiniões” (MARIANI, 1998 p. 240). Nesse sentido, a imprensa de referência atua como uma mediadora das opiniões circulantes na formação social, e também como uma moderadora dessas opiniões, diferentemente de outras formas de imprensa. Diríamos, ainda, que essa imprensa referenda “o poder instituído, levando ao público o senso (e o censo, o clássico trabalho de controle de qualidade do *censo*) dos detentores do poder” (ESTEVEVES, 2010, p. 75).

Com isso em mente, de modo a formar nosso arquivo de análise, procedemos a uma busca nos *sites* do jornal *O Globo* e da revista *Veja*, com o sintagma “autonomia universitária” entre aspas, de modo a encontrar as materialidades em que essas palavras apareciam e o modo como estariam significando. Encontramos, assim, no mecanismo de pesquisa dos *sites* dos meios de comunicação, uma série de textos que percorrem anos. Além desse recurso, utilizamos também buscas nos próprios mecanismos de pesquisa *Google*, associando o sintagma “autonomia universitária”, entre aspas, a “O Globo” e “Veja”, também entre aspas. Esse procedimento nos permitiu encontrar outras materialidades que não haviam sido detectadas na primeira consulta, o que pode apontar para uma falha no robô de pesquisa dos meios de comunicação, ou um algoritmo que, por ora, não conseguimos compreender, mas que restringe resultados. De todo modo, nosso arquivo foi constituído por meio dessas buscas.

A primeira ocorrência do sintagma na *Veja*, por exemplo, data de 7 de novembro de 1973 e está localizada na seção “Uruguai” da revista. A seguir, a sequência discursiva que usa os itens “autonomia universitária”:

SD1: Por trás da bomba

Desde que dissolveu o Poder Legislativo no Uruguai, no último dia 27 de junho, o presidente Juan María Bordaberry vem se aplicando em eliminar todos os vestígios de quarenta anos de vida democrática que, a seu ver, ainda incomodam a nova normalidade do país. Nos 120 dias posteriores ao golpe, ele e seus poderosos associados militares restringiram drasticamente as atividades dos partidos políticos. A Convenção Nacional dos Trabalhadores (400.000 filiados) foi proscrita. E, um a um, todos os jornais contrários ao governo acabaram sendo fechados. Mas, teimosamente, a Universidade da República, “um reduto de comunistas”, na opinião oficial, se transformara na “última trincheira de luta contra a ditadura”, como a qualificavam os adversários do regime. § Desde sábado, dia 27, a trincheira está ocupada por tropas do Exército. Quase 150 alunos e professores, nove diretores das dez faculdades e o reitor, Samuel Lichtensztein, estão presos. E está encerrada mais uma tradição uruguaia — a da **autonomia da universidade**, vigente desde sua fundação em 1848 — após uma operação bélica que mobilizou alguns dos mais preeminentes personagens do regime civil-militar. (...) O professor Pérez Pérez recordou também não ser sido essa a primeira vez na história do Uruguai que o governo tentou violar a **autonomia universitária**. Houve tentativas — infrutíferas — em 1933, 1934 e 1942. Apenas o presidente Juan María Bordaberry obteve êxito e, “nesse sentido”, comentou o agora asilado diretor da faculdade de direito, “foi um pioneiro”. (VEJA, 1973, p. 56; grifo nosso)

A reportagem “Por trás da bomba”, da edição da *Veja* de 1973, já registra o sintagma “autonomia universitária”, que também é materializado como “autonomia da universidade”. Tais palavras produzem, aí, um efeito de sentido mais amplo que o princípio legal de que viemos falando até agora, até por antecederem a Carta Magna de 1988. Elas significam uma garantia de que não deve haver interferências na universidade, especificamente, na Universidade da República, por parte de qualquer governo que seja. Quando da ditadura civil-militar no Uruguai, essa autonomia teria sido rompida, com a prisão de diversos membros da comunidade acadêmica e a ocupação da universidade por tropas do Exército. A autonomia, assim, é significada como barreira: “tentou violar a **autonomia universitária**”.

Já a última ocorrência que encontramos no motor de busca é de 16 de maio de 2007:

**SD2: No caminho certo:
O governador Serra enfrenta o atraso que ainda reina na USP**

Vandalismo na invasão à reitoria: ação corporativa contra a transparência
A queda-de-braço começou porque Serra resolveu incluir as contas das três universidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem). O sistema monitora a movimentação do caixa de órgãos públicos — ou seja, permite aos contribuintes acompanhar o uso de seu dinheiro e, aos administradores, avaliar a eficiência da gestão financeira. **A medida, mais que salutar**, foi vista como um ataque à **autonomia universitária** pelos sindicatos de professores e de funcionários da USP, **as entidades que estão por trás da manifestação**. O Judiciário e o Legislativo, poderes independentes, também recebem recursos do governo estadual. E também estão no Siafem. Por que as universidades mereceriam tratamento diferenciado? “Em nome da **autonomia**, criou-se o mito no Brasil de que universidades estão acima de qualquer fiscalização”, afirma o economista Gustavo Ioschpe. “É preciso mostrar como se gasta cada centavo.” (VEJA, 2007, p. 52; grifo nosso)

Há diversos aspectos a serem analisados nessas sequências: fala-se da autonomia de diferentes posições. Enquanto na SD1, que fala sobre outro país, o Uruguai, a autonomia é discursivizada como um patrimônio norteador e barreira inviolável — “uma tradição uruguaia” e “[o governo] tentou violar a **autonomia universitária**” — das universidades, na SD2, ela é significada como um escudo atrás do qual a universidade se esconde para não permitir “aos contribuintes acompanhar o uso de seu dinheiro e, aos administradores, avaliar a eficiência da gestão financeira”.

Essa SD2 compõe um conjunto de textos que circularam quando da ocupação da reitoria da USP por manifestantes contrários a medidas do governador José Serra, do PSDB, que, nas palavras da Veja, “enfrenta o atraso que ainda reina na USP”. Entretanto, interessa-nos, para além dessas posições, uma regularidade entre essa primeira e essa última ocorrência de “autonomia universitária” encontradas em nossa busca no Acervo Digital da revista *Veja*.

O semanário coloca a autonomia na boca dos outros. Em outras palavras, em seu discurso sobre a autonomia, ela faz uso do discurso relatado de duas formas: (1) na SD1, com presença de discurso indireto e de discurso direto, introduzidos por orações que identificam os sujeitos locutores: “O professor Pérez Pérez recordou” e “comentou o agora asilado diretor da faculdade de direito”; (2) na SD2, com discurso direto que também identifica quem fala: “afirma o economista Gustavo Ioschpe”.

Para além das diferenças entre as modalidades de discurso relatado apresentadas por Authier-Revuz (1998 [1992], p. 145-161) e das próprias características do discurso jornalístico — que se apoia em discurso relatado para legitimar a realidade que vai criando, mediando, referendando —, interessa-nos aqui pensar em que efeitos são produzidos por esse discurso relatado, por essa muleta de posições. Vejamos à frente mais duas sequências que ora extraímos de nossa pesquisa do jornal *O Globo*:

SD3: A ditadura ainda inspira a luta nas universidades?

Na noite da última quarta feira, 23 de maio, na bela Sala São Paulo, a casa da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) comandada, sob indisfarçável desgosto do governador José Serra, pelo polêmico maestro John Neschiling, o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo saudava a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que festejava ali os seus 45 anos. Em determinado trecho de seu curto pronunciamento, esse professor da Unicamp disse enfaticamente que tinha certeza absoluta de que era um puro equívoco atribuir a Serra qualquer intenção de restringir a **autonomia das universidades estaduais paulistas**. Belluzo falava na festa como representante da comunidade científica paulista, responsável por quase metade da crescente produção científica brasileira. Figura-chave do Plano Cruzado nos tempos do governo Sarney, assessor especial do Ministério da Fazenda enquanto ele esteve sob o comando do empresário Dílson Funaro, depois secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo durante o governo Quéricia, Belluzo tem relação direta com a montagem da base econômico-financeira da **autonomia das três universidades estaduais paulistas, a USP, a Unicamp e a Unesp**. (NOBLAT, 2007)

SD4: Pezão diz estar formando maioria na Alerj para aprovar medidas de austeridade

Em entrevista à CBN, governador afirma que Uerj não vai fechar as portas, mas pede compreensão

Ao ser questionado por Moreno [jornalista da rádio CBN] se a Uerj corria o risco de fechar as portas, o governador enfatizou que “de maneira nenhuma, isso irá acontecer”. No entanto, ele diz que a contenção de gastos deve ser adotada por todos os órgãos estaduais.

— O estado retornou ao custeio de 2010, e nós estamos em 2017, e a UERJ infelizmente não fez contenção de despesas, de renegociar seus contratos. Então o sacrifício é para todo mundo. O cofre é um só. Passamos um ano de muita dificuldade no ano passado e nos repassamos 77% do orçamento para a Uerj. Queremos que a Uerj ajude. Tem diretores que se escudam nessa **autonomia universitária** e não deixa a gente debater esses números. Se toda a administração cortou, porque a Uerj não pode nos ajudar. — disse. (SOUZA, 2017, grifo nosso)

Retomaremos outros aspectos dessas sequências à frente, mas imediatamente vemos a presença do discurso relatado de modo muito parecido com o encontrado em SD1 e SD2. Na SD3, “esse professor da Unicamp [“o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo”, assim apresentado mais atrás na *Veja*] disse enfaticamente”, e, na SD4, “diz [“o governador” “Pezão”]”. A nosso ver, esse funcionamento discursivo quanto ao que se diz sobre a autonomia na *Veja* e em *O Globo* provoca o efeito de uma indefinição da autonomia universitária. Num efeito de que não sabem o que significa o princípio legal da autonomia universitária, os meios de comunicação usam outras bocas, outras vozes, outros enunciados, protegendo-se da necessidade de tomar uma posição quanto à autonomia. Evidentemente, isso aparece em diversas posições: há aquelas vozes que resguardam a autonomia universitária, há aqueles que a atacam. Outro dado relevante: a temática trabalhada nas notícias restringe a autonomia a uma dimensão financeira. São diferentes vozes convocadas a falar sobre a movimentação financeira das instituições, apagando-se qualquer vinculação com a polêmica arrecadação do Estado.

Entretanto, mesmo sem um posicionamento autoral sobre a autonomia, os jornais vão saturando o discurso sobre as próprias universidades, de diferentes modos. Na SD2:

SD2 [extratos]: **No caminho certo**: O governador Serra **enfrenta o atraso** que ainda reina na USP // **Vandalismo** na **invasão** à reitoria: **ação corporativa** contra a transparência // A medida, **mais que salutar**, foi vista como um ataque à autonomia universitária pelos sindicatos de professores e de funcionários da USP, as **entidades que estão por trás da manifestação**. (VEJA, 2007; grifo nosso)

Vejamos que vários são os procedimentos linguísticos adotados aí para colocar em choque duas posições sobre a universidade, e a *Veja* escolhe sua posição desde o título: “No caminho certo”. Já, no subtítulo, se designa a ocupação da reitoria de “vandalismo” e “invasão”, fruto de “ação corporativa”. A ação do governo de São Paulo é qualificada como “mais que salutar”. E ocorre uma dicotomia interessante. Diz-se que há “sindicatos de professores e de funcionários da USP (...) por trás da manifestação”, o que, por si só, provoca o efeito de que a manifestação tem algo a esconder: se há alguém por trás, e não à frente, certo não está. Isso em oposição já ao título, em que é dito que “O governador Serra enfrenta o atraso”: Serra como aquele que se põe à frente, que vai de frente, enquanto os sindicatos como aqueles que vêm atrás, que são o próprio atraso. Apesar de não produzir um discurso autoral sobre a autonomia universitária, a *Veja* já vai produzindo um discurso em que a combate, *estando a revista por trás* de uma maquinaria que ataca a universidade, os sindicatos, os trabalhadores.

Já a SD3, impressa n’*O Globo*, posiciona-se em relação à universidade por meio de elogios a um economista/professor:

SD3 [extratos]: **o economista** Luiz Gonzaga de Mello Belluzo // **esse professor da Unicamp** disse enfaticamente que tinha certeza absoluta de que era um puro equívoco atribuir a Serra qualquer intenção de restringir a autonomia das universidades estaduais paulistas // **Figura-chave do Plano Cruzado nos tempos do governo Sarney, assessor especial do Ministério da Fazenda enquanto ele esteve sob o comando do empresário Dílson Funaro, depois secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo durante o governo Quéricia, Belluzo tem relação direta com a montagem da base econômico-financeira da autonomia das três universidades estaduais paulistas, a USP, a Unicamp e a Unesp.** (VEJA, 2007; grifo nosso)

Todo o trecho que negritamos é elogioso a Belluzo, que “disse enfaticamente que tinha certeza absoluta de que era um puro equívoco atribuir a Serra qualquer intenção de restringir a autonomia das universidades estaduais paulistas”. Além do discurso relatado, o restante é credencial. Além de economista e professor da Unicamp, o profissional teria participado de diversos governos em numerosas pastas e seria um dos responsáveis pela própria autonomia das universidades estaduais de SP. Um dos efeitos que apreendemos daí é: como duvidar dele?

Além dos elogios, há também uma qualificação intensa no discurso relatado por meio de discurso indireto: “disse enfaticamente”, “certeza absoluta”, “puro equívoco”. Pouco importa que não tenhamos acesso ao áudio original: o que chama a atenção aqui é a qualificação tripla, sucessiva, numa gradação, por meio de um advérbio e dois adjetivos. Nesse sentido, cabe retornarmos a Authier-Revuz (1998 [1992], p. 155):

(...) o DI opera uma reformulação-tradução de m [mensagem], aos termos de L [locutor] em E [ato de enunciação], em todo o sistema de nomeação do real, enquanto percorrido por divergências de análise, de apreciação, de avaliação e por variedades de língua.

Em SD3, portanto, temos, além de um discurso relatado, uma avaliação daquilo que é dito. Uma tomada de posição. Uma posição de que a política de Serra não atrapalharia a autonomia universitária. E uma posição que se coloca contrária a movimentos em defesa da autonomia universitária.

Na SD4, observamos um aspecto de que trataremos na próxima seção: a autonomia universitária sendo discursivizada como uma fuga, um subterfúgio, uma estratégia de ocultação de algum tipo de irregularidade.

A autonomia sendo significada como fuga

A fala do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, transcrita e reinterpretada no jornal *O Globo*, enquadra-se numa rede de outros dizeres que significa a autonomia universitária como pretexto para qualquer tipo de gesto ilimitado nas universidades. Abaixo, retomamos um extrato da SD4 e introduzimos as SD5 e SD6:

SD4 [extrato]: Tem diretores que **se escudam nessa autonomia universitária** e não deixa a gente debater esses números. (SOUZA, 2017, grifo nosso)

SD5: RIO - Reunida na quinta-feira com reitores das universidades federais, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse não ver problema em **retomar a discussão da autonomia universitária, mas deixou claro que o governo não pretende dar uma carta em branco para as instituições**. Dilma afirmou que a autonomia não permitirá que reitores dêem **umentos salariais sempre que quiserem**, nem livrará as universidades dos órgãos de fiscalização, como mostra matéria de Demétrio Weber publicada nesta sexta-feira no jornal *O Globo*. (DILMA DIZ QUE..., 2008; grifo nosso)

SD6: **Crise financeira e autonomia universitária**

Problemas na UFRJ, USP e outras indicam a **necessidade de um conceito de independência dos centros de ensino pelo qual eles prestem contas à sociedade**
POR EDITORIAL

(...) A conjuntura é ingrata, mas a situação financeira desequilibrada de algumas universidades públicas vem de antes do agravamento da crise fiscal. A Universidade de São Paulo (USP), com vários centros de excelência, é o caso mais conhecido.

Pelas características dos problemas financeiros da USP, discuti-los à luz do princípio da autonomia universitária, de como ele é entendido e praticado, trata-se de exercício providencial neste momento de falta de dinheiro público, em função de cortes determinados pela necessidade de economizar, e muito também devido ao desaquecimento econômico.

Importa saber se a comunidade acadêmica tem sabido aplicar os recursos que a sociedade lhe entrega. O tema é relevante, independe do fato de se estar num momento de vacas magras, porque ajuda a entender a gravidade de problemas localizados.

A autonomia universitária é escudo necessário para proteger o campus de ingerências perniciosas contra a liberdade no ensino, mas tem servido para encobrir desvios administrativos. No pano de fundo da crise na USP está o crescimento desmesurado de salários, levando-os a representar 106% do orçamento. Quer dizer, fechando em déficit. **Por trás do índice há uma intensa sindicalização na universidade e radicalização política. O governo de São Paulo obriga, com razão, a USP a fazer um ajuste.** (...) A atual crise deveria servir para um **melhor entendimento da autonomia universitária. Ela não pode ser um cheque em branco à comunidade acadêmica.** Prestar contas à sociedade, mostrar a eficácia dos gastos feitos com o dinheiro dela, é imprescindível exercício democrático. (CRISE FINANCEIRA E..., 2015)

Vamos focar, aqui, no modo como a autonomia é linguisticamente tratada, seja por meio da captura de orações coordenadas à oração em que estão, por meio de remissões textuais ou mesmo de verbos que colocam a autonomia como sujeito oracional. Na SD4, “se escudam nessa autonomia universitária”. Na SD5, “discussão da autonomia universitária, mas deixou claro que o governo não pretende dar uma carta em branco para as instituições” e “que reitores deem aumentos salariais sempre que quiserem, nem livrará as universidades dos órgãos de fiscalização”. Na SD6, “A autonomia universitária

é escudo necessário para proteger o campus de ingerências perniciosas contra a liberdade no ensino, mas tem servido para encobrir desvios administrativos” e “Ela não pode ser um cheque em branco à comunidade acadêmica”. Vejamos que, nessas três sequências, a autonomia universitária é significada como *escudo*, como *carta em branco*, como pretexto para *umentos salariais* e *isenção de fiscalização*, como *cheque em branco* e, novamente, como *escudo* (mas, em SD6, no sentido de proteção à liberdade de ensino) e pretexto para desvios administrativos.

O trecho da SD4 foi transcrito de um discurso direto que o jornal *O Globo* simula reproduzir do governador do Rio de Janeiro, Pezão. O trecho de SD5 foi transcrito de um discurso indireto que o jornal *O Globo* simula reescrever/traduzir da ex-presidenta Dilma Rousseff. O trecho da SD6, finalmente, parte do próprio editorial do jornal *O Globo*. Nessas três sequências, o discurso jornalístico inscreve-se numa rede de significantes que, não coincidentemente, vai se retroalimentando, reproduzindo sentidos que contribuem para uma compreensão negativa da autonomia universitária, ainda que o próprio jornal dê indícios de que não compreende do que se trata:

SD5 [extrato]: **retomar** a discussão da autonomia universitária (DILMA DIZ QUE..., 2008; grifo nosso)

SD6 [extrato]: **necessidade** de um conceito de independência dos centros de ensino pelo qual eles prestem contas à sociedade (CRISE FINANCEIRA E..., 2015)

SD6 [extrato]: melhor **entendimento** da autonomia universitária (CRISE FINANCEIRA E..., 2015)

A autonomia universitária ainda é uma discussão a ser retomada, ainda é um conceito necessário que passa pela prestação de contas à sociedade — algo que, como professores universitários, sabemos que já é feito —, ainda é algo mal-entendido. E, como vimos na SD2, da revista *Veja*, a discussão sobre a autonomia coloca em cena duas posições: os sindicatos e o governo — em especial, o governo de São Paulo:

SD6 [extrato]: **Por trás** do índice há uma intensa **sindicalização** na universidade e **radicalização política**. O **governo de São Paulo** obriga, **com razão**, a USP a fazer um ajuste. (CRISE FINANCEIRA E..., 2015)

Vemos, nesse extrato da SD6, mais uma vez o locativo “Por trás”, representado pelos sindicatos — e pelos radicais políticos —, enquanto haveria uma ideia de racionalidade, materializada linguisticamente pelo juízo de valor “com razão”, associada ao governo de São Paulo, que enfrentaria sindicatos, radicais políticos e a própria universidade (a USP).

Conforme procuramos demonstrar, as marcas linguísticas percorridas são diversas. No entanto, parecem restringir o debate a uma contenda entre governo e instituições universitárias, tematizando apenas sua dimensão financeira. Vejamos uma sistematização das marcas identificadas ao longo das análises:

Quadro 1 – Síntese de marcas linguísticas observadas nas análises

<ul style="list-style-type: none">REFORMULAÇÃO: “uma tradição uruguaia — a da autonomia da universidade”;
<ul style="list-style-type: none">TRANSITIVIDADE: “governo tentou violar a autonomia universitária”; “Tem diretores que se escudam nessa autonomia universitária”;
<ul style="list-style-type: none">RESTRICÇÃO LEXICAL: “a montagem da base econômico-financeira da autonomia das três universidades estaduais paulistas, a USP, a Unicamp e a Unesp”;
<ul style="list-style-type: none">AVALIAÇÃO: <i>enunciador-jornalista</i>: “A medida, mais que salutar”, “No caminho certo: O governador Serra enfrenta o atraso que ainda reina na USP”; “ação corporativa contra a transparência”; “A atual crise deveria servir para um melhor entendimento da autonomia universitária” <i>enunciador-governante</i>: “Se toda a administração cortou, porque a Uerj não pode nos ajudar”
<ul style="list-style-type: none">OPERADOR ARGUMENTATIVO: “A autonomia universitária é escudo necessário para proteger o campus de ingerências perniciosas contra a liberdade no ensino, mas tem servido para encobrir desvios administrativos”

• DISCURSO RELATADO:

enunciador-professor: “O professor Pérez Pérez recordou”; “comentou o agora asilado diretor da faculdade de direito”

enunciador-sindicalista: “foi vista como um ataque à **autonomia universitária**”

enunciador-economista: autonomia “acima de qualquer fiscalização”; “afirma o economista Gustavo Ioschpe”

[Mescla] *enunciador-economista-professor*: “esse professor da Unicamp disse enfaticamente que”; “Belluzzo falava na festa como representante da comunidade científica paulista”

enunciador-governante: “o governador enfatizou que”

Considerações finais

No presente artigo, percorremos as linhas de constituição do debate acerca da autonomia universitária, com o propósito de contribuir para a compreensão de um aspecto vital e constitutivo das instituições universitárias, cuja preservação tem se tornado um desafio atual.

Procurando compor um horizonte de alargamento desse investimento contemporâneo, recuperamos referências importantes que viabilizaram retomar sua espessura histórica mais recente. Trata-se de retomar a inscrição da autonomia como um princípio da ordem constitucional vigente e das lutas diversas para garantir sua implementação. Nesse debate, ressaltamos certo funcionamento do princípio constitucional que, em vez de se configurar como um “solo” institucional com base no qual sua implementação possa ser pensada — à semelhança de todo o desenho das garantias sociais provenientes do modelo de Estado de Bem-Estar Social —, a autonomia torna-se uma espécie de ferramenta para lutas sociais e de objeto de contenda governamental (e midiática), restrita ao âmbito das movimentações financeiras do Estado.

Como efeito, não é suficiente que se volte a *falar mais* sobre a autonomia universitária; é preciso observar que o referido debate, quando ocorre, se encontra intensamente apropriado (colonizado) por uma espécie de retórica dos cortes de gastos, de controle das práticas universitárias — administrativas,

docentes, discentes, técnicas —, que submete a necessária discussão a respeito do pleno exercício dos direitos sociais e da ampliação das fontes de financiamento desses direitos à movimentação financeira nos marcos das restrições atuais.

No caso particular do Rio de Janeiro, dissocia-se, por exemplo, o debate acerca da fragilização dos direitos das sucessivas notícias sobre desoneração de tributos a empresas de função social bastante duvidosa. Efeito dessa dissociação, as restrições de financiamento tornam-se fatos “naturalizados” que permitem a configuração de uma cena de debate sobre a autonomia universitária em que economistas (de orientação neoliberal) e governantes promovem aliança e a comunidade universitária não toma a palavra. Midiaticamente, foi o que observamos: quem tampona os sentidos sobre a autonomia universitária não é a universidade, tampouco a legislação. São economistas laureados pelos meios de comunicação e governadores não apenas praticantes de políticas de desmonte do bem público, mas patentemente envolvidos em casos de corrupção e quebra financeira do estado.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad.: Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mónica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 [1992].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

BERNARDO, João. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial. In: RODRIGUES, Francisco Martins (Org.). *O futuro era agora: o Movimento Popular do 25 de Abril*. Lisboa: Dinossauro, 1994 [1981].

CRISE FINANCEIRA E autonomia universitária. O Globo. <https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-financeira-autonomia-universitaria-16172594#ixz-z518vqEcUp>, 10/062018

DILMA DIZ QUE autonomia universitária tem limites. <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/dilma-diz-que-autonomia-universitaria-tem-limites-3828933>, 12/06/2018.

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (reexame) [1978]. Trad.: Ana Maria Guimarães, Eleni Jacques Martins. In: _____. *O dizer e o dito*. Rev. téc. de trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DURHAM, Eunice. A autonomia universitária: extensão e limites. In: STEINER, João E.; MALNIC, G. (Org.). *Ensino Superior: Conceito e Dinâmica*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 79-124. Disponível em: <http://portal.ufam.edu.br/attachments/article/2317/Artigo%20Autonomia%20Universit%C3%A1ria%20Eunice%20Durham.pdf>, 29 de janeiro de 2018.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. *A translação de sentidos entre língua e classe social*. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Trad.: Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Campinas: Editora Unicamp, 1996.

NOBLAT, Ricardo. A ditadura ainda inspira a luta nas universidades? O Globo. <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2007/05/a-ditadura-ainda-inspira-luta-nas-universidades-59497.html>, 10/06/2018.

PADRÃO, Susana Moreira; SANTA MARIA, Luiz Claudio; ALMEIDA, Maria de Fátima Lins Barbosa de Paiva; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. A privatização das universidades públicas em curso: uma ameaça à autonomia universitária. *Advir*, 37: 84-96, Rio de Janeiro, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad.: Eni Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, Daniella Borges. A autonomia universitária na era da parceria público-privada. *Universidade e sociedade*, 58: 104-115, 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-98128498.pdf>, 29 de janeiro de 2018.

SOUZA, Rayanderson. O Globo. <https://oglobo.globo.com/rio/peza0-diz-estar-formando-maioria-na-alerj-para-aprovar-medidas-de-austeridade-20834846> , 10/06/2018.

THE POLYSEMY OF THE FORMULA “UNIVERSITY AUTONOMY”

ABSTRACT

The goal of this article is to discuss the formula “autonomia universitária” as a discursive object. This shall be made by means of analysing the linguistic materiality captured in Brazilian media. We analyse the discursive sequences from their enunciative heterogeneity marks (Authier-Revuz, 1998 [1992]).

KEYWORDS: autonomy; media; heterogeneity.